

Casa e mobilidade em São Luís do Maranhão: uma abordagem antropológica¹

Martina Ahlert (UFMA/Maranhão - Brasil)

Nicole Pinheiro Bezerra (UFMA/Maranhão - Brasil)

Palavras-chave: casa, mobilidade, vazio.

Introdução

Pesquisas antropológicas sobre grupos indígenas e populações tradicionais têm apontado, com alguma constância, o impacto de projetos de desenvolvimento estatais e não estatais sobre modos de vida e territórios. Na justificativa destes projetos, a despeito dos impactos sociais/culturais e ambientais por eles ocasionados, o argumento do vazio demográfico, da necessidade de proteção de fronteiras (da soberania nacional) e do povoamento de áreas demograficamente desocupadas encontra ressonância. Alcida Rita Ramos (2008) bem o demonstra para a Amazônia, especialmente para o caso dos Yanomami, considerados numericamente inexpressivos diante da extensão de suas terras. Este argumento excessivamente simplista, segundo a autora, é incapaz de conceber a vida interna à floresta, as trilhas de deslocamento, as lógicas de casamento, a dinâmica dos rituais e a presença de diferentes seres que se entrelaçam com os espaços de mata.

Maristela de Paula Andrade (2009), por sua vez, identifica o argumento na ação do governo brasileiro de deslocamento forçado de comunidades quilombolas na área que se tornou a Base de Alcântara, no Maranhão, ainda no período da Ditadura Militar. Como indica a antropóloga, no local, o vazio demográfico – que permitiu o projeto, justificando ser uma área não ocupada – esteve associado a processos de limpeza étnica, o que demonstra certa moralidade presente nos discursos vistos como puramente técnicos. Dessa forma, diversas comunidades quilombolas foram compulsoriamente deslocadas para outras áreas do município, não raro para agrovilas distantes do mar, onde a pesca – atividade central em seus modos de vida – não pode mais ser realizada.

Nos casos mencionados, determinados coletivos e seus modos de existência foram ignorados em nome de um pretenso ‘bem da nação’ ou ‘interesse nacional’. Diante disso,

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

peças foram invisibilizadas ou cunhadas como inexistentes; grupos foram declarados como “desconhecidos”, inferiorizados e considerados menos legítimos diante do que seriam os ‘interesses comuns’ representados e garantidos pelo Estado. O argumento não se encerra em terras indígenas ou em áreas de comunidades tradicionais: Borges, Paterniani e Belisário (2021) chamam atenção para o uso do discurso do vazio em contextos urbanos, quando da necessidade de revitalizar certas áreas em contextos de especulação fundiária. A constatação sobre esse vazio, em casos como da Cracolândia em São Paulo, por exemplo, mascara um discurso sobre uma ocupação que existe, mas, que não é levada em conta, pois é percebida como “uma ocupação específica, por corpos e vidas sem a devida autorização para estarem ali, no Centro” (2001, p. 02).

Recentemente encontramos afirmações sobre o vazio e a necessidade de repovoamento de áreas urbanas na pesquisa que realizamos no Centro Histórico de São Luís, capital do estado do Maranhão, nordeste do Brasil. Veiculadas em diferentes meios de comunicação da cidade e ouvidas por nós em campo, essas afirmações foram feitas ora por profissionais da arquitetura, onde “vazio demográfico” surgiu como conceito operacional; ora por políticos e gestores públicos, que as mobilizaram para compor sugestões, por vezes apoiadas no diálogo com as reivindicações locais, para justificar investimentos no espaço; mas, também o fizeram evidenciando formas de classificar pessoas e atividades como imorais, ilegítimas ou ilegais, de forma que mesmo ocupado, o Centro é espaço que precisa ser repovoado.

A partir da pesquisa de campo que realizamos em três bairros do Centro Histórico da capital ludovicense desde 2016², buscamos, neste artigo, demonstrar como as pessoas que neles vivem percebem os discursos sobre o vazio e o repovoamento. Com elas entendemos que esse debate não é sobre a quantidade de pessoas que mora na região ou sobre o número de casas que aparentam não ter morador. Nossos interlocutores nos chamaram atenção para essas falas como carregadas de certa moral, uma vez que elas evidenciam o desconhecimento dos sentidos a partir da qual a casa é pensada nesse contexto. Esses sentidos, como procuramos aqui demonstrar, são constituídos pela

² As informações que apresentamos são construídas a partir de três projetos: “Sentidos e práticas de habitar o Centro Histórico de São Luís”, executado entre 2015 e 2017; “Casa e Mobilidade no Maranhão: uma abordagem antropológica” (2018-2022); “Políticas da vida: uma etnografia sobre cotidiano, pobreza e estratégias populares” (que teve início em 2021). Os três tiveram/ têm financiamento público para pesquisa, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

relação entre moradia e mobilidade, elemento fundamental para compreender o cotidiano da “comunidade”³.

Para trazer esses aspectos compartilhados com nossos interlocutores, organizamos nosso texto da seguinte forma: inicialmente apresentaremos algumas informações contextuais sobre o Centro Histórico de São Luís e sobre os programas governamentais para a região na atualidade, colocando a questão do vazio e do repovoamento. Na sequência, mencionamos experiências que vivemos com as pessoas em campo, que nos permitem falar sobre ocupação e uso das casas na “comunidade”, como definem a região. A partir disso, exploramos melhor a relação entre moradia e mobilidade, considerando o deslocamento entre bairros da cidade, as mudanças entre os casarões, os moradores que não têm casas (BEZERRA, 2018) e as “casas partíveis” (PINA CABRAL e GODOI, 2014).

Por fim, concluímos sobre encontros e desencontros entre os moradores e o Estado para pensar a ambiguidade presente na disposição protocolar de promover a habitação de interesse social (presente em programas governamentais) e, ao mesmo tempo, não perceber parte dos atuais ocupantes do Centro como moradores legítimos do local. Se existem menções à ausência de pessoas no Centro, percebemos que as lideranças comunitárias da luta por moradia - a despeito da presença de diversos serviços governamentais nos bairros estudados e de com eles interagirem - postulam a ausência do Estado.

O Centro Histórico, o repovoamento e o vazio

O Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão, é formado por 11 bairros. Em 1997, o esforço de diferentes profissionais, do poder público e de diversas instituições, levou ao reconhecimento de parte dele como Patrimônio Cultural Mundial (ANDRÈS, 2006). O título, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconheceu o inestimável valor histórico de um conjunto de imóveis e monumentos que remetem, especialmente, aos séculos XVIII e XIX. Além da área de tombamento federal circunscrita pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional em 1974, partes da região correspondem ao tombamento estadual e ao

³ Termos entre aspas remetem à bibliografia ou ainda ao uso feito pelas e pelos interlocutores.

tombamento municipal, totalizando cerca de 4000 imóveis classificados como patrimônio.

Ainda que o tombamento comprometa os diferentes níveis de governo na manutenção dos casarões e monumentos, ele não soluciona as questões relacionadas à preservação dos bens, que são, na cidade, continuamente mencionados como em estado de “abandono” ou “degradação” – termos recorrentes nos periódicos e no meio televisivo local⁴. Nesses veículos, os números dos casarões em risco de desabamento são reatualizados constantemente pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Do total dos casarões vistoriados em 2021, por exemplo, 107 foram considerados em risco de desabamento na capital. Em 2020, haviam sido registrados 150 deles nessa mesma situação.

A despeito desses números que parecem indicar certa negligência com os imóveis, há uma atenção governamental recente a alguns bairros do Centro Histórico. O governador Flávio Dino (então do PCdoB), lançou em 2019 o Programa Nosso Centro, um conjunto de iniciativas que reúne obras de infraestrutura, ampliação do comércio e habitação, por meio da atuação de diferentes secretarias estaduais. No âmbito desse Programa, um edifício ocupado informalmente por um conjunto de 13 famílias se transformou em 14 apartamentos de Habitação de Interesse Social. Igualmente, nos últimos meses da gestão do ex-prefeito Edivaldo Holanda Júnior (então PDT hoje PSD) e no início da gestão do atual prefeito Eduardo Braide (PODEMOS), locais de referência como o Mercado das Tulhas, foram reformados; além da entrega de apartamentos em dois casarões adaptados e restaurados com recursos federais e municipais, com 8 e 14 apartamentos cada, para famílias de baixa renda.

Neste cenário de mobilizações em torno do Centro, nestes últimos anos, iniciamos a nossa pesquisa de campo no local, especialmente em três bairros da região: a Praia Grande (região de maior atração turística e da presença de atividades de lazer, como shows e festas), o Desterro (bairro que fica contíguo à Praia Grande, que tem como característica o uso residencial das casas) e o Portinho (por sua vez contíguo ao Desterro - áreas historicamente conhecidas pelas atividades portuárias e de pesca, assim como pela

⁴ Para exemplificar o tom das reportagens e indicar onde os dados deste parágrafo podem ser encontrados, citamos os endereços onde podem ser encontrado (disponíveis em 24 de fevereiro de 2022): <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/02/01/mais-de-150-casaro-es-do-centro-historico-de-sao-luis-correm-risco-de-desabar-diz-defesa-civil.ghtml><https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/02/18/centro-historico-de-sao-luis-tem-51-casaro-es-com-alto-risco-de-desabamento/>

boêmia e prostituição) (SILVA, 2005; SILVA, 2008). Os dados trabalhados neste artigo surgem da pesquisa etnográfica nessa área, com moradores e frequentadores do espaço, alguns deles lideranças comunitárias envolvidas em associações ou ainda em iniciativas relacionadas à cultura popular (como uma escola de samba e um grupo de Bumba Meu Boi)⁵.

Durante o trabalho de campo e revisitando o tema Centro Histórico de São Luís em jornais locais⁶, encontramos - na fala de funcionários públicos, políticos e pessoas por vezes bem-intencionadas com perspectivas de cuidado e revitalização do Centro -, a ideia de que o espaço precisa ser “repovoado” porque está “vazio”. O repovoamento seria medida necessária para pensar na preservação do espaço e, algumas vezes, forma de recuperar o que teria sido o passado nessa região da cidade. A transcrição abaixo é de uma entrevista a um periódico local, de uma importante figura política⁷, que ocupou cargos no executivo e legislativo e opinou sobre programas de revitalização da Prefeitura:

Para ele [o político em questão], mais do que boa vontade, são necessárias algumas medidas importantes para garantir que o cidadão comum volte a frequentar a área - que se propõe um atrativo turístico da capital maranhense. "Se os governos municipal e estadual querem realmente valorizar o Centro Histórico da cidade de São Luís, que instalem nele os escritórios de seus órgãos administrativos, que incentivem a ocupação comercial dessa região e realizem o repovoamento habitacional dessa área tão importante de nossa cidade", opinou. (Jornal o Estado, 14/01/2015)⁸.

O ex-deputado não menciona o Centro como vazio, mas sugere a ausência do que o jornal conceituou como “cidadão comum” e, por isso, justifica um repovoamento do espaço. O repovoamento, nesse sentido, não indica uma ausência absoluta de pessoas, mas a não presença de um determinado tipo de pessoa, considerada pelo entrevistado, legítima ocupante do local. Em outro momento, também percebemos, essa ideia expressa em uma reportagem que traz a fala de um ex-prefeito da capital ludovicense:

⁵ A construção deste campo foi possível pelo apoio de Denis Cutrim, ex-presidente da União de Moradores e estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

⁶ Além da pesquisa de campo etnográfica, parte da investigação foi realizada durante a pandemia de Covid-19 e, diante das restrições à interação, realizamos um levantamento sobre o Centro Histórico em dois jornais de circulação local, durante o período de 2015 a 2021.

⁷ Político desde 1982, quando foi eleito deputado estadual pelo PDS, atualmente está vinculado ao MDB.

⁸ Disponível em 22 de fevereiro de 2022 no endereço eletrônico: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/01/14/valorizando-o-centro-historico/>

São Luís vive um novo momento: de reocupação e revitalização do Centro Histórico. Ações de preservação do parque arquitetônico, intervenções de grande impacto na infraestrutura, bem como a ocupação qualitativa e produtiva da região, estão fortalecendo a relação da população com o lugar e também o sentimento de pertencimento e a consciência de sua preservação (...) Para o prefeito de São Luís, Edvaldo Holanda Júnior, a presença da população no local é fundamental não apenas para que se conheça mais sobre a história da cidade, mas também para que as pessoas amem e preservem [sic]. “A nossa gestão vem trabalhando em várias frentes para a reocupação e revitalização do Centro Histórico, e os resultados já são nítidos. Resgatar a nossa história, cultura e arquitetura e todas as riquezas que o Centro reúne é fundamental para despertar o sentimento de pertencimento” (Jornal o Estado do Maranhão, 06/12/2017)⁹.

Um leitor desavisado pode pensar que a constatação da necessidade de povoamento é numérica e que existem casarões desocupados ou com poucas pessoas. Ainda que tenha havido um decréscimo de imóveis destinados à habitação no Centro Histórico¹⁰, queremos insistir que esses enunciados trazem consigo um conjunto de questões e podem ser utilizados para finalidades muito distintas, pois não estão a salvo do seu uso pragmático em diversas situações (HERZFIELD, 2016). A perspectiva do vazio/repovoamento, portanto, pode ser utilizada em termos tidos como meramente técnicos (embora saibamos bem desde Latour (2013) que técnica e política não se separam), como instrumento na luta política pela melhoria das condições de moradia no Centro Histórico, e mesmo para o não reconhecimento de formas de habitação percebidas como ilegítimas e não desejadas.

Diante dessas preocupações em torno do vazio e do repovoamento, conversamos com as nossas interlocutoras e interlocutores sobre como sentiam a ocupação do Centro. Foi em conversas com os moradores e os frequentadores regulares do local que ouvimos sobre diversas modalidades de pensar a casa e o morar no Centro, que não apenas demonstram a inexistência do vazio sob seu ponto de vista, quanto indicam os ângulos diferenciados pelos quais o espaço pode ser percebido. Na próxima seção do texto desdobramos algumas dessas considerações.

⁹ Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/12/06/centro-historico-ganha-nova-vida-com-acao-de-reocupacao-e-revitalizacao/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

¹⁰ O Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano (INCID) comparou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, 2007 e 2010 e constatou que no distrito Centro, em especial o bairro do Desterro, houve um decréscimo no número de Domicílios Particulares Permanentes (DPP). Para ter acesso a esses dados, ver SÃO LUÍS, s.d.

Uso das casas, processos de pesquisa e ocupação

Se as categorias e os enunciados sempre estão em risco nos seus usos práticos, nós como etnógrafos tendemos a procurar as teorias e compreensões das nossas e dos nossos interlocutores para nos ajudarem a pensar nos nossos problemas. Dona Dadá¹¹, nome pelo qual cunhamos uma das nossas anfitriãs no Centro, é moradora do local há décadas e nele milita em causas como a da luta por moradia. Certa vez, em uma entrevista, quando lhe perguntamos sobre a ideia do “vazio” presente em falas sobre a habitação no Centro, ela nos disse que a palavra lhe provocava uma verdadeira “agonia” (termo por ela utilizado). Para contrapor a afirmação, ela rapidamente fez a soma da quantidade de famílias que moravam em alguns casarões ocupados perto de onde estávamos.

Não satisfeita com a análise quantitativa, seguiu explicando que quem simplesmente passava pela rua não conseguiria saber quantas pessoas moravam nas casas e, portanto, não teria como saber quais eram ocupadas ou não. É importante lembrar que a maior parte das casas na região é imediatamente contígua à calçada, sem pátio frontal e sem garagem, normalmente geminada à casa ao lado. Se as janelas não estão abertas, não é possível saber se existem pessoas em seu interior. Isso só era possível deduzir, diz Dona Dadá, naquelas em que havia o hábito de sentar-se na porta – o que não era compartilhado por todos, uma vez que as pessoas tinham seus horários de trabalho e sua rotina. Não muito diferente, o atual presidente da União dos Moradores, nos explicou que o cotidiano de quem vive no Centro não permite que quem esteja do lado de fora da casa perceba sua ocupação:

Aí é que eu vou dizer. Não é vazio. As pessoas acham que é vazio porque, porque a maioria das pessoas que trabalham, que moram principalmente nessa parte superior do Desterro à Praia Grande, elas trabalham durante à noite no comércio informal. Então, sexta, sábado e domingo é o período que, quando elas não estão colocando suas mercadorias no gelo, durante a manhã, elas estão dormindo até um pouco mais tarde. Então, causa a impressão desse vazio, principalmente naquela parte de lá [a Praia Grande]. A outra impressão é porque durante toda a semana, quem não trabalha no comércio informal, trabalha em outra área. Então, no final de semana a pessoa não vai estar na rua batendo papo, ela está descansando ou ela tá fazendo alguma outra coisa (José Carlos - Presidente da União de Moradores, em novembro de 2021).

¹¹ Os nomes dos moradores do Centro são fictícios. Mantemos o nome original apenas quando se trata de pessoa que ocupa cargo público.

Dadá e José Carlos nos mostraram como a narrativa sobre o vazio no espaço era uma forma estrangeira (não próxima, não familiar) de ver o local, que ignorava as pessoas e as lógicas do morar. Casarões fechados – e mesmo em condições consideradas de “abandono” podem guardar em seu interior não apenas uma, mas um conjunto de famílias, como acontecia naqueles ocupados informalmente, que Dadá rapidamente reuniu em sua resposta. Andar pela calçada e observar as casas não era, portanto, consideração suficiente para opinar sobre o uso ou não dos imóveis. Igualmente, de nada adiantava partir de premissões sobre o que seriam as condições adequadas de conservação de um imóvel apropriado à moradia, pois os critérios e padrões não eram os mesmos.

Diniz, que estava conosco na entrevista com Dadá, e que é morador do Desterro e estudante de Ciências Sociais, disse que já ouviu pessoas afirmarem haver um “êxodo” dos moradores do Centro há décadas, que deixariam o espaço para viver em outras regiões da cidade. Segundo ele: “O bairro, ele nunca esvazia (...) Aqui o pessoal sai, mas sempre voltam outras pessoas para os lugares. Tanto é que têm poucas casas desocupadas aqui, muito poucas”. A mesma ideia se tornou evidente em uma entrevista que fizemos com Seu Riba, antigo morador do Centro que já ocupou o cargo de presidente da União de Moradores, e agora é síndico de um prédio de ocupação reformado pelo governo estadual. Na ocasião, lhe perguntamos se ele considerava que havia muitas casas vazias no local. Ele respondeu que não. Para comprovar sua opinião, chamou à conversa Seu Ivo, dono da pequena padaria onde conversávamos. Seu Ivo alugava quartos no piso superior e nos contou que, com exceção de um deles, todos estavam ocupados naquele momento. Havia pessoas interessadas em locar o que estava vago, mas ele não as conhecia e por isso havia resistido a fechar o acordo. Alugar ou não um espaço não era um mero cálculo prático para eles, mas uma decisão baseada em outros critérios: não se trazia pessoas desconhecidas para a “comunidade” sem haver quem intermediasse a apresentação: um amigo, um familiar, um parente. Uma pessoa sem vínculos locais encontraria pouca disponibilidade nas raras casas desocupadas da região.

Se os trâmites de aluguel na região da Praia Grande, do Desterro e do Portinho falam sobre parte das dinâmicas de moradia na região, os casarões ocupados informalmente mencionados por Dona Dadá acrescentam elementos interessantes para a ideia de casa nesse contexto. Para trazer alguns elementos em torno dessa configuração, recorreremos a uma experiência de “ocupação” de um prédio de três pavimentos e subsolo, no bairro da Praia Grande, em 2015. Naquele momento, o edifício, que antes havia sido alugado para um serviço público, não estava mais formalmente utilizado. Cerca de quinze

famílias então o ocuparam, dividindo o espaço em apartamentos de diferentes tamanhos, preservando uma área de lazer (um salão para festas de aniversário) e criando, na portaria, um ponto de venda de água mineral. Quando, como equipe de pesquisa, conhecemos o prédio, os resquícios do uso para a administração pública ainda eram evidentes – algumas paredes eram divisórias de salas de escritórios e não havia banheiro nos apartamentos, apenas os coletivos no final dos corredores.

Chegamos à ocupação porque conhecemos pessoas que nos apresentaram Nando - uma das lideranças que conduziu a entrada das famílias no local – um homem jovem que, com esposa e filhos, morava em diferentes casas do Centro há mais de dez anos. Em uma das nossas conversas, o perguntamos sobre a escolha do prédio (por que aquele e não outro? Como souberam dele?). Nando então nos disse que tudo aconteceu por intermédio de um processo de “pesquisa” – termo que ele mesmo utilizou para nos contar que observaram diferentes elementos relativos ao espaço durante cerca de dois anos. Em uma entrevista, ele nos explicou: “Olha, assim... Começa pelo abandono, não é?! Você está aqui no Centro Histórico, você mora no Centro Histórico há dez anos. De aluguel, na casa de amigos – e você sempre vendo aquele imóvel do seu lado e abandonado” (Nando, em maio de 2016).

Ao observarem o que consideravam como um espaço sem uso social, ele e alguns conhecidos passaram a mapear os eventuais usos e a história do prédio, na medida em que acionaram “pessoas que precisavam de casa” para articular o ingresso no mesmo. A ocupação teve uma data marcada, mas ela foi um processo que exigiu uma política de atenção às formas de movimento das pessoas, aos olhares do Estado, à presença ou não dos supostos proprietários. Foi apenas a partir da pesquisa e da construção de uma rede de apoio para a ocupação que ela efetivamente se deu na data combinada.

Nando e outros moradores com os quais conversamos acionaram o argumento do desuso do prédio e do caro preço dos aluguéis no Centro Histórico como motivação para a ocupação. Construía a legitimidade do ato por intermédio de ideias que nos são, como ‘sociedade’, caras: a família (trazida ao local e então abrigada e protegida), o trabalho que tinham como vendedores ambulantes no Centro, e a constatação de que o prédio sem uso se deteriora com mais rapidez. A partir desses elementos, eles decidiram “tomar conta”, “cuidar” e “zelar” do espaço. Como sinal desse movimento de comprometimento, fizeram uma grande limpeza – do telhado à fachada -, reinstalaram cabos de energia elétrica, buscaram janelas em desuso em outro prédio e colocaram na “ocupação”.

Os casarões ocupados informalmente no Centro mobilizam ou não uma relação com o Estado. Algumas famílias procuram os serviços estatais como forma de regularizar ocupações, outras vivem, há anos, em um casarão sem chamar atenção a esta forma de uso. No caso do prédio de Nando, os moradores buscaram a Defensoria Pública quando ameaçados de restituição de posse pelo pretense proprietário do imóvel. Independente de recorrer ou não a um reconhecimento estatal, entretanto, essa é uma forma de morar que é, como as falas de Dadá e Diniz, fortemente política, quando entendemos a política como a arte de relacionar grupos e interesses distintos, construir alianças e argumentos em torno de pautas diversas, e mesmo construir afetos. Se o Centro é ocupado e não vazio, ele é ainda cuidado, pesquisado, vigiado por uma multiplicidade de pessoas e suas motivações, suas formas de compreender casa e cidade.

Seu Riba, Diniz e José Carlos têm uma hipótese para a sugestão do repovoamento e a não valorização de quem já mora no Desterro. Para eles, há certa nostalgia sobre um momento em que parte do Centro Histórico era habitado por famílias de poder aquisitivo considerável, que viviam nos sobrados e nos solares - havia saudades dos tempos áureos que fizeram de São Luís uma das cidades mais importantes do Brasil. José Carlos, em entrevista, nos disse que as pessoas que veem o Centro de fora o consideram vazio porque lembram das famílias abastadas da região, que com o declínio do parque fabril local, deixaram o Centro Histórico. Entretanto, as gerações seguintes, dessas mesmas famílias, que cresceram em outros contextos, não veriam vantagens na moradia no Centro:

E esses filhos de donos, dessas famílias, não têm o mínimo laço com o Centro Histórico, porque não foram criados aqui. Muitos deles foram estudar em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. Nunca tiveram laço com o Centro Histórico. Então, quando eles voltam, muitas vezes quando eles voltam, tanto faz como tanto fez. (José Carlos, novembro de 2021).

Diniz é especialmente atencioso às dinâmicas de produção dos estigmas relacionados ao Centro Histórico de São Luís, especialmente à região do Desterro e do Portinho. Para ele, essas áreas sempre foram as menos favorecidas da parte mais antiga do Centro, uma vez que era onde moravam os operários e não as famílias mais abastadas, como na Praia Grande (onde estão os casarões considerados mais exuberantes da área de tombamento federal, ainda que, hoje, muitos estejam em processos de arruinamento). Segundo ele, não era incomum ouvir associações do espaço do Centro ao consumo de substâncias psicoativas e à prostituição, atividade profissional historicamente desempenhada na região (SILVA, 2008). Diante disso - e do fato de não haver, segundo

Dadá e Diniz, nenhuma pesquisa atual sobre a situação fundiária, a ocupação e a conservação dos casarões na área de tombamento federal - o discurso do repovoamento se associa facilmente à produção estigmatizada do espaço.

Dialogando com essa preocupação dos nossos interlocutores, pensamos que os enunciados sobre o vazio e o repovoamento são também carregados de certa moral, que classifica os moradores atuais do Centro, especialmente aqueles com quem convivemos (que são vendedores ambulantes, profissionais do sexo, carregadores de mercadorias em carrinhos de mão, empregados do comércio popular) como moradores ilegítimos do espaço. Podemos dizer ainda que além das formas de trabalho, também o modo de moradia - muitas vezes multifamiliar, feito em casarões subdivididos entre diversas pessoas - questiona a ideia de uma casa e de uma família ideais (Borges, Paterniani e Belisário, 2021) presentes nas propostas que compõem os programas governamentais¹².

Morador sem casa, morador de muitas casas: a mobilidade no Centro

Parte importante dos nossos interlocutores define a região que vive como uma “comunidade”: “a comunidade do Centro Histórico”. Apesar disso, engana-se quem pensa que a comunidade indica algo fechado ou estável. Nesse sentido, se como apontou Guedes (2013) para outro contexto, sedentarismo e mobilidade (ou casa e trecho) não são exclusivos, aqui também a importância da casa e a constância da mobilidade se articulam. Mesmo os moradores considerados antigos do Centro, que nele cresceram e vivem desde a infância, passam períodos fora dele. Isso acontece por diversos motivos: pelo aumento do preço de aluguéis, pela falta de serviços oferecidos no local, por dificuldades financeiras, pelo arruinamento de um casarão, por motivos de doença e necessidade de proximidade da família, pela vontade de tentar a vida em outra cidade.

Nesses deslocamentos para outros bairros, as pessoas não deixam de ser consideradas “moradoras do Desterro”. Bezerra (2018) se utilizou do termo “morador que não mora” para dar conta de duas acepções dessa possibilidade. A primeira podemos explicar nos voltando ao caso de seu Riba, citado anteriormente. Ele é considerado um dos moradores antigos do Centro e visto como um conhecedor da história do bairro. Ele possuía um bar na quadra da Escola de Samba Flor do Samba, localizada no Desterro.

¹² O próprio Luis Phelipe Andrès, arquiteto que trabalhou durante anos com programas de revitalização do Centro, percebia uma distância entre o que era considerada moradia digna para os apoiadores desses programas, e o que era moradia para as pessoas.

Com a pandemia de Covid-19, ele não conseguiu mais manter o bar, nem mesmo o aluguel do espaço onde vivia no local. Diante das dificuldades, mudou-se para a casa de uma filha em outra região da cidade.

Em 8 de agosto de 2021 foi inaugurado um prédio reformado pelo Governo do Estado do Maranhão, com perfil de Habitação de Interesse Social. As famílias que ganharam apartamentos foram aquelas que informalmente ocuparam o casarão e reivindicaram a sua reforma. Entretanto, o tempo entre a reivindicação e a entrega dos apartamentos trouxe transformações nas dinâmicas familiares da ocupação e um apartamento terminou ficando vago. Seu Riba foi lembrado pelos colegas do Centro e se encaixando no perfil do público-alvo do projeto, pode voltar a viver na sua “comunidade”, uma vez que mesmo distante e sem ter casa no Centro, nunca deixou de ser visto como seu morador.

Bezerra (2018) fala ainda de uma segunda acepção da ideia de um morador sem casa. Algumas pessoas se tornam moradoras por vínculos longos que estabelecem com os bairros pelo trabalho que realizam – como é o caso de Seu João, vigia de carros da Rua da Palma. Ele mora em um bairro há aproximadamente 15 quilômetros da região central, mas criou seus filhos no Centro Histórico e é bem conhecido na área, por isso, é considerado morador. Mesmo não tendo casa nessa parte da cidade, se dispõe dos espaços contíguos à rua em que “faz seu ponto”, usando o banheiro para tomar banho, exigindo seu “depósito” para colocar sua comida e guardando consigo a chave do cadeado do estacionamento utilizado pelos moradores. Quando não aparece, é motivo de comentário na vizinhança, fazendo falta na rotina da rua.

Além das conexões criadas pelos deslocamentos, que questionam a ideia de “comunidade” como algo fechado, existe ainda uma mobilidade constante entre casarões do Centro Histórico de São Luís – como acontece com Nando, interlocutor que mencionamos anteriormente. No mesmo casarão em que Nando vivia, conversamos, durante a pesquisa de campo, com um casal de vendedores ambulantes que se conheceu na Praia Grande. Depois de morarem “de aluguel” em uma sobreloja, eles ocuparam, com outras famílias, o casarão “pesquisado” por Nando. Para o espaço delimitado como sendo seu apartamento, eles transferiram as duas filhas. Para outra área que conseguiram negociar no prédio, trouxeram a sogra e outros parentes, que viviam em diferentes casarões do Centro, mas que ficaram sem condições de arcar com os valores do aluguel dos espaços.

Outra experiência que conhecemos durante a pesquisa nos chamou atenção para as mudanças realizadas pelas pessoas entre os casarões do Centro é a de Dona Lucineide. Quando conversamos, ela morava em um casarão ocupado por diversas famílias no Desterro. O imóvel foi um órgão público, mas não era utilizado há muitos anos, permanecendo fechado. Algumas pessoas que já se conheciam terminaram por fazer uma grande faxina no local e organizar a ocupação. Dona Lucineide, antiga moradora do Centro e uma mulher engajada com algumas manifestações artísticas locais, foi uma dessas pessoas.

A mudança veio a calhar pois o aluguel de um quarto com banheiro que ela pagava em um casarão que o proprietário subdividiu em apartamentos estava custando mais de mil reais, se tornando inviável aos seus recursos econômicos. Com a ajuda do esposo que trabalhava na construção civil, ela fez melhorias substanciais no espaço novo, mesmo sabendo que talvez não pudesse continuar morando nele, pois, pertencia ao Estado. Quando nos encontramos meses depois, ela já estava vivendo em outro prédio histórico do bairro, também de maneira informal, e acionando seus conhecimentos e do esposo para recuperar um espaço que estava sem gente.

Um caso para nós expressivo, de uma pessoa considerada importante na “comunidade” e que aciona essas conexões entre casarões e para fora do bairro é Dona Cecília. Ela costuma dizer que morou durante toda a sua vida em uma casa cedida pelo proprietário no Centro Histórico. Enquanto casa cedida, ela podia utilizar parte do imóvel, que era um prédio de três pisos, junto com seus familiares. Ao mesmo tempo, em nossas conversas, ela nos diz já ter morado em mais de 11 casas apenas nessa parte da cidade. Nos últimos anos, participamos de duas dessas ‘mudanças’ repentinas, em que ela alugava casas no bairro, mas transferia parcialmente seus pertences, sempre permanecendo com sua morada inicial.

Durante a pandemia, dois de seus três filhos se mudaram com suas companheiras e o mais velho, considerado uma jovem liderança da “comunidade”, arranjou trabalho no interior, passando poucos dias na capital. Atualmente Dona Cecília se divide em três casas: uma no Bairro do Ribeira, à 13 quilômetros do Centro, conseguida através do Programa Minha Casa Minha Vida; um apartamento no Residencial Piancó, aproximadamente 4,5 quilômetros do Centro, que ela decidiu alugar para ficar perto do restante da família que antes também morava na parte central da cidade; e a casa cedida

do bairro da Praia Grande, que mantém e frequenta diariamente já que trabalha como vendedora ambulante no chamado Reviver¹³.

Dona Cecília nos faz lembrar da ideia de “casas partíveis” apresentada por Pina-Cabral e Godoi (2014), uma vez que ela compartilha esses espaços na sua rotina. Como ela, outras pessoas realizam atividades cotidianas entre casas diversas. Pode ser que o casarão onde se reside tenha problemas com a oferta regular de água, e se tenha uma casa conhecida onde se pode tomar banho. Pode ser ainda que a família, como acontece com Dona Cecília, faça as refeições em um espaço e durma em outro. Pode ser que o cotidiano seja como o de Dona Dadá, que pode ser encontrada com mais facilidade no Bar Meu Bem, de sua amiga Solange, assistindo novela, do que em sua própria casa.

“Casas partíveis”, na acepção de Pina-Cabral e Godoi (2014), indicam que “casas são constitutivamente dependentes das relações entre si, ou seja, essas relações são o que lhes dá existência” (2014, p.13). Acionar o conceito de casas partíveis, afirmam os autores, nos fala da necessidade de pensarmos em pessoas que se constituem das relações umas com as outras (a “comunidade”), mas, nos conduz ainda à perspectiva da vicinalidade e do não sedentarismo. A “vicinalidade, por oposição à vizinhança, descreve uma proximidade aberta entre espaços de moradia” (p. 12), o que nos parece falar das experiências que encontramos, onde tanto a casa, quanto a mobilidade, são importantes e constituem certo modo de viver a cidade.

A mobilidade que marca o cotidiano dos moradores do Centro que conhecemos traz alguns desafios para a discussão sobre habitação no Centro. As iniciativas de transformação dos prédios em apartamentos pressupõem critérios claros e lisura em sua distribuição. Normalmente, um desses critérios é a ausência de casa em outros espaços da cidade - o que exclui esses sentidos de casa compartilhada ou de diversas casas como moradia de uma pessoa. Apesar desses desencontros, as lideranças comunitárias continuam sua luta por moradia para quem já mora no Centro, sua batalha pela Habitação de Interesse Social, ainda que ouvindo sempre os argumentos de que seria muito mais fácil e econômico ao governo construir em outras áreas da cidade, do que reformar e transformar casarões.

¹³ O Projeto Reviver buscou revitalizar e recuperar o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís entre os anos de 1987 e 1991 se concentrando no bairro da Praia Grande, o Projeto tomou grande visibilidade por possibilitar a restauração de importantes construções históricas como a Igreja da Sé e o Palácio Episcopal. A marca Reviver ficou popularmente conhecida dando nome a parte do bairro da Praia Grande que hoje é referência boêmia na cidade (ANDRES, 2006).

Quando conseguem - não sem anos de luta e negociação constante com o Estado - que seja inaugurado algum casarão com apartamentos, eles se alegram, mas nem por isso abandonam a análise crítica em relação à configuração das casas. Recentemente foram inaugurados dois casarões com apartamentos pela Fundação Municipal do Patrimônio (os citamos anteriormente). Um deles, de três pavimentos, teve o térreo ocupado por uma Secretaria Municipal. Conversando com Dona Dadá sobre isso, ela nos disse que estava feliz com a conquista, mas discordava da presença de um serviço do Estado no prédio. Para ela, isso constrangia os moradores, que não poderiam descer para abrir a porta se vestindo de qualquer jeito ou mesmo sem chinelos, e não permitia que as pessoas ouvissem seus aparelhos de som em casa. Continuou dizendo: “Se quer dar casa, tem que dar liberdade”, chamando atenção à certa lógica de controle dos comportamentos e dos modos de morar.

Karina Biondi, em comunicação pessoal, nos lembrou que a lógica de punição do Estado Moderno passa pelo encarceramento, pelo cerceamento do movimento de pessoas e de coisas. Uma ideia de casa como estabilidade (e mesmo como propriedade) quebra as relações e conexões que a mobilidade, presente nesse modo de morar no Centro, produz. Como compreender a fluidez como elemento constituinte de algo que pensamos como concreto e material como a casa? Se pensarmos nas casas partíveis e nas casas como processo (CARSTEN e HUGH-JONES, 1995) temos uma chave para compreender casa e mobilidade como articuladas. Os apartamentos do Estado só fazem sentido às pessoas quando se tornam parte dessa lógica que pensa a moradia como espaço aberto e a vida como constante mobilidade.

Considerações finais

Buscamos, neste texto, apresentar elementos do cotidiano dos moradores do Centro Histórico que são nossos interlocutores, que questionam o argumento do vazio do Centro e de sua necessidade de repovoamento. Ao indicar o desconhecimento e a incapacidade de um olhar de ‘passagem’ apreender as dinâmicas de constituição de casa e de mobilidade no local, eles dirigem nossa atenção para formas de pensar a casa de uma maneira menos fixa ou rígida do que estamos acostumados: algo que se evidencia nos deslocamentos entre casarões, nos retornos ao Centro Histórico, nas moradias pelas quais as pessoas se dispersam para realizar atividades cotidianas.

Não é nossa intenção sugerir que esta maneira de ver casa e mobilidade é um efeito da precariedade das famílias ou da falta de serviços (como a água, que mencionamos antes). Não se trata de condicionar esta forma de viver à falta de condições financeiras ou à infraestrutura dos casarões históricos. Ela nos parece, antes, um dos elementos constituintes de uma perspectiva de “comunidade” - palavra recorrentemente utilizada pelos nossos interlocutores para se referir à particularidade deste espaço da cidade em relação às outras regiões. No Centro Histórico (especialmente nos bairros nos quais fazemos campo) existe uma “comunidade” que deve ser perguntada sobre os projetos para o local; que, por seu engajamento com o espaço (pois são eles que cuidam do patrimônio, algo que surge também na pesquisa de Uriarte sobre o Pelourinho, 2019) deve ser consultada sobre os investimentos públicos. Mas “comunidade” não é uma unidade homogênea, pode ser que parte dela, momentaneamente, nem esteja residindo no Centro, como vimos.

Há alguns anos, algumas lideranças comunitárias têm insistido na habilitação de prédios dessa região como apartamentos para Habitação de Interesse Social. Estão particularmente interessadas em garantir casa para as pessoas que já vivem no Centro, que pagam aluguel ou moram em ocupações e que são, como reconhecem, pessoas de menor poder aquisitivo. Existem muitas delas nessa situação em casarões que são, por vezes, classificados como abandonados por quem passa por eles. Os discursos de vazio e necessidade de repovoamento ferem essa identificação e aludem ao fato de que quem vive no local não é visto pelo poder público.

Ao insistir no registro da presença das pessoas e na necessidade de perceber o Centro como “comunidade”, nossos interlocutores dialogam constantemente com o Estado. Continuamente participam de reuniões, compõem conselhos, militam em diferentes causas, articulam doações e eventos a serem realizados nas praças. Mas, curiosamente, para o nosso ponto de vista, a despeito de todo o engajamento, utilizam continuamente a retórica da “ausência do Estado”. Antes do que uma constatação sobre presença ou seu contrário, nos parece ser essa uma estratégia: se o Estado é incapaz de perceber o morador do Centro, eles também se recusam a ver a atuação do Estado, e mesmo diante dele, em diversas situações, reiteram sua incapacidade e sua ausência.

Referências

ANDRADE, Maristela de Paula. São intransigentes os quilombolas? **Folha de São Paulo – Opinião**. 28 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2802200908.htm>. Acesso em 25 de fevereiro de 2022.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do centro histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. 2006.

BELISÁRIO, Gustavo. PATERNIANI, Stella. BORGES, Antonádia. Habitação precária, gente promíscua: a branquidade-heterossexualidade do Estado via política habitacional e o futuro do cortiço-quilombo. **Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS**, 2021, p. 01-26.

BEZERRA, Nicole Pinheiro. **Patrimônio vivo** - Narrativas do “habitar” no Centro Histórico de São Luís (Maranhão). Trabalho de Conclusão de Curso (Sociologia). Universidade Federal do Maranhão, 2018. 70 p.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. **About the house: Lévi-Strauss and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás**. São Paulo: Garamond, 2013.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**. Petrópolis: Vozes, 2016.

JORNAL O ESTADO. **Valorizando o Centro Histórico**. 14 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/01/14/valorizando-o-centro-historico/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

JORNAL O ESTADO. **Centro Histórico ganha nova vida com ações de reocupação e revitalização**. 06 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/12/06/centro-historico-ganha-nova-vida-com-acoes-de-reocupacao-revitalizacao/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2013.

PINA CABRAL, João de. GODOI, Emília Pietrafesa de. Apresentação: Dossiê Vicinalidades e Casas Partíveis. **Revista de Antropologia**, 57(2), p. 11-21, 2014. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2014.89105>

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal. **Desterro: um bairro além dos mapas**. São Luís: QG Editora, 2005.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. **Subsídios para os indicadores socioeconômicos do centro antigo**. São Luís, s.d.

SILVA, Creudecy Costa da. **Nos Labirintos do Patrimônio**: Representações sobre o bairro do Desterro. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. 2005.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. **Dinâmicas da prostituição feminina nas áreas centrais da cidade de São Luis, Maranhão**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia, 2008.

RAMOS, Alcida Rita. O paraíso ameaçado. Sabedoria yanomami versus insensatez predatória. **Antípoda**, n. 7, julho/diciembre, p. 101-117, 2008. Disponível em https://issuu.com/publicacionesfaciso/docs/revista_antipoda__n_7/91. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022

URIARTE, Pilar Montoya. Habitar casarões ocupados no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil: velhos cortiços e novas experiências e direitos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 383-393, maio/ago. 2019.

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram para as pesquisas que são base da construção deste texto. Agradecemos, nesse sentido, à Emanuele Mader, Edilson Sá, Anna Christina Nunes Araújo, Brunna Trindade, Conceição de Maria Teixeira Lima, Gabriela Lages Gonçalves, Raphaela Moraes Cunha, Antônio Olávio da Rocha Neto, Abigail Vale Rocha, Alex Adriano Silva Rodrigues, Marcella Cristyna Morena Sousa Lima, Rosângela dos Santos Pinheiro e Ana Beatriz Silva Ferro Sousa. Karina Biondi debateu algumas ideias conosco a convite dos colegas do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMA de Imperatriz; Julia Francisca Moita fez uma leitura importante do texto e Denis Cutrim de Lima foi fundamental para a existência da pesquisa. Agradecemos ainda aos integrantes do Laboratório de Estudos em Antropologia Política e às nossas e nossos interlocutores e amigos de campo. Nossas pesquisas no Centro Histórico contam com apoio da FAPEMA e do CNPq.